

RESUMO EXECUTIVO

Rumo à transformação

aliarse.org

Capacidades de Participação e Ação para a Agenda 2030 no Brasil, Colômbia, Costa Rica, Jamaica e Peru

Mapeamento de partes interessadas
para a implementação da Agenda 2030,
planos de ação nacionais e trajetórias
de transformação.

Julho 2025

Agradecimentos

As autoras desejam expressar seu profundo reconhecimento aos colaboradores do Brasil, Colômbia, Costa Rica, Jamaica e Peru que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo. As contribuições, o compromisso, a disponibilidade e a dedicação dos atores-chave dos setores estatal e não estatal de cada um desses países foram fundamentais para a coleta de insumos, a análise e a elaboração dos perfis apresentados. Reconhece-se igualmente o valioso apoio conceitual e técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH (Agência Alemã de Cooperação Internacional) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Agradecemos a Thiago Gehre, Rafaela Freitas, e Julia Lentini pelo valioso apoio na tradução deste documento para o português.

O mais profundo agradecimento a:

Alianza Empresarial para el Desarrollo (AED). *Costa Rica*
Asociación Colombiana de Ciudades Capitales (Asocapitales). *Colômbia*
Centro de los ODS de la Universidad de los Andes (CODS). *Colômbia*
Centro Nacional de Planeamiento Estratégico (CEPLAN). *Peru*
Confederación Nacional de Instituciones Empresariales Privadas (CONFIEP). *Peru*
Consortio de Investigación Económica y Social y la Universidad del Pacífico (CIES). *Peru*
Council of Voluntary Social Services. *Jamaica*
Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). *Colômbia*
Departamento Nacional de Planeación (DNP). *Colômbia*
Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). *Brasil*
Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (FGV-EBAPE). *Brasil*
Fundación Corona. *Colômbia*
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Brasil*
Instituto de Fomento y Asesoría Municipal (IFAM). *Costa Rica*
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Brasil*
Jamaica Vision 2030 Secretariat. *Jamaica*
Mesa de Concertación para la Lucha contra la Pobreza (MCLCP). *Peru*
Ministerio de Planificación (MIDEPLAN). *Costa Rica*
Ministério do Planejamento e Orçamento e Universidade de Brasília. *Brasil*
Ministry of Local Government and Community Development. *Jamaica*
Municipalidad de Heredia. *Costa Rica*
Oficina de Naciones Unidas en *Costa Rica*
Perú Sostenible. *Peru*
Planning Institute of Jamaica (PIOJ). *Jamaica*
Plataforma de Organizaciones de la Sociedad Civil. *Costa Rica*
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *Brasil*
Red de Ciudades Cómo Vamos (RCCV). *Colômbia*
Secretaria-Geral da Presidência da República. *Brasil*
University of West Indies. *Jamaica*
Cristina Luttner pelo seu apoio na realização das entrevistas em português.

Créditos



On behalf of:



Federal Ministry
for the Environment, Climate Action,
Nature Conservation and Nuclear Safety



INTERNATIONAL
CLIMATE
INITIATIVE



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

of the Federal Republic of Germany

A pesquisa foi realizada pela Fundación para la Sostenibilidad y la Equidad – Aliarse, promovida pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com financiamento do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção do Clima, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMUKN)* no marco da Iniciativa Internacional sobre o Clima (IKI), em colaboração com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Autores

Danielle Jean-Pierre Figueroa

Duraymi Huete Chávez

Fundación Aliarse

Filóloga

Paola Canessa Fernández

Desenho

Epoq Studio

Créditos da imagem:

Capa: Unsplash / Will Turner; p.8: Unsplash / Ilham Fikri; p.10-11: Unsplash / Mauro Lima; p.12-13: Unsplash / Jaume Galofre; p.15: Unsplash / Marcos Paulo; p.16: Unsplash / Matheus Oliveira ; p.18-19: Unsplash / Jan Kronies; p.20-21: Unsplash / Beren Leupen; p.22-23: Unsplash / Rocardio Gomez; p.24: Unsplash / Nestor Morales; p.26-27: Unsplash / Sheldon Martineau; p.28-29: Unsplash / Adrian Valverde; p.30-31: Unsplash / Lloyd Blunk; p.34-35: Unsplash / Intyauud Banton; p.36: Unsplash / Marc Babin; p.39: Unsplash / Caspar Rae; p.42-43: Unsplash / Persnickety Prints; p.44-45: Unsplash / Paul Lequay; p.47: Unsplash / Mckayla Crump; p.48: Unsplash / Adrian Dascal; p.50: Unsplash / Vlad Kutepov.

*Antes Ministério Federal do Meio Ambiente,
Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa
do Consumidor (BMUV).

Índice

●	Um olhar para a região	06
●	1. Brasil	08
	1.1 Governança para a sustentabilidade e a ação climática com justiça social e igualdade étnico-racial	09
	1.2 Do compromisso à corresponsabilidade: atores não estatais na implementação dos ODS	11
	1.3 Tendências, desafios e recomendações	12
	1.4 Mapa de plataformas e organizações-chave do Brasil	14
●	2. Colômbia	15
	2.1 Governança para a sustentabilidade e a ação climática em um contexto de paz	16
	2.2 Do compromisso à corresponsabilidade: atores não estatais na implementação dos ODS	17
	2.3 Tendências, desafios e recomendações	18
	2.4 Mapa de plataformas e organizações-chave da Colômbia	20
●	3. Costa Rica	21
	3.1 Governança para a sustentabilidade e a ação climática a partir de um pacto nacional multissetorial	22
	3.2 Do compromisso à corresponsabilidade: atores não estatais na implementação dos ODS	23
	3.3 Tendências, desafios e recomendações	25
	3.4 Mapa de plataformas e organizações-chave da Costa Rica	26

4. Jamaica	27
4.1 Governança para a sustentabilidade e a ação climática em um contexto de resiliência insular	28
4.2 Do compromisso à corresponsabilidade: atores não estatais na implementação dos ODS	30
4.3 Tendências, desafios e recomendações	31
4.4 Mapa de plataformas e organizações-chave da Jamaica	33
5. Peru	34
5.1 Governança para a sustentabilidade e a ação climática em um ambiente político em transformação	35
5.2 Do compromisso à corresponsabilidade: atores não estatais na implementação dos ODS	37
5.3 Tendências, desafios e recomendações	38
5.4 Mapa de plataformas e organizações-chave do Peru	40
Reflexões sobre desafios e recomendações na região	41



Um olhar para a região

A cinco anos do prazo estabelecido para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os avanços na América Latina e no Caribe estão aquém do esperado. Ainda assim, a região mantém um compromisso firme com a Agenda 2030.

O estudo regional identifica mecanismos de participação, como plataformas multissetoriais e organizações guarda-chuva, e analisa também os atores-chave que impulsionam a aceleração dos ODS nos níveis nacional e subnacional. Além disso, apresenta o contexto multilateral, os diversos instrumentos de política pública voltados ao cumprimento dos compromissos de sustentabilidade, bem como os principais desafios e recomendações para enfrentá-los. A partir de fontes primárias e secundárias, o estudo não pretende ser exaustivo, mas servir como base inspiradora para que os países da região fortaleçam suas capacidades institucionais, avancem na implementação da Agenda 2030 e construam novas alianças transformadoras.

Esses mecanismos de participação constituem espaços estruturados que articulam atores de diferentes setores, coordenam ações, compartilham informações e constroem consensos. Exercem funções consultivas, deliberativas, de implementação e de participação em processos centrais, como os Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) e os Relatórios Locais Voluntários (RLV). Graças às suas capacidades, essas instâncias se tornam peças fundamentais para a governança da sustentabilidade.

Os Estados da região avançaram na consolidação de uma abordagem que envolve toda a sociedade, evidenciada pela institucionalização de espaços multissetoriais dentro dos mecanismos oficiais de governança da Agenda 2030. No âmbito subnacional, destacam-se progressos na territorialização dos ODS, como a elaboração de RLVs, o fortalecimento de redes municipais e a integração dos ODS aos planos de desenvolvimento, especialmente no Brasil, na Colômbia e na Costa Rica. No entanto, esses esforços são limitados pela fraca coordenação multinível, o que reduz o impacto das ações locais nos resultados nacionais e dificulta a incorporação das prioridades territoriais nas políticas públicas nacionais. Persistem também lacunas em capacidades técnicas, estatísticas e financeiras que dificultam uma implementação equitativa.

Os países da região também têm avançado na convergência com agendas multilaterais, evidenciando áreas de alinhamento entre a Agenda 2030 e outros marcos globais relevantes, como o Acordo de Paris e o Marco Mundial da Biodiversidade. Para consolidar essas sinergias, é fundamental integrá-las aos marcos normativos e instrumentos de planejamento nacionais, fortalecer a governança intersetorial, alinhar os objetivos globais às prioridades locais e criar condições favoráveis que traduzam os compromissos em ações sustentáveis e inclusivas.

A implementação efetiva da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe requer o fortalecimento da capacidade de formação de alianças em nível nacional e regional. Há janelas de oportunidade importantes, como a liderança do Brasil no G20 e na COP30, a cooperação caribenha por meio do CARICOM, o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável e a Comunidade de Prática da CEPAL. Potencializar essas plataformas como mecanismos permanentes de intercâmbio técnico e político facilitará o aprendizado mútuo, a construção de posicionamentos comuns e o aumento da capacidade de incidência coletiva na agenda internacional para a sustentabilidade.



Brasil

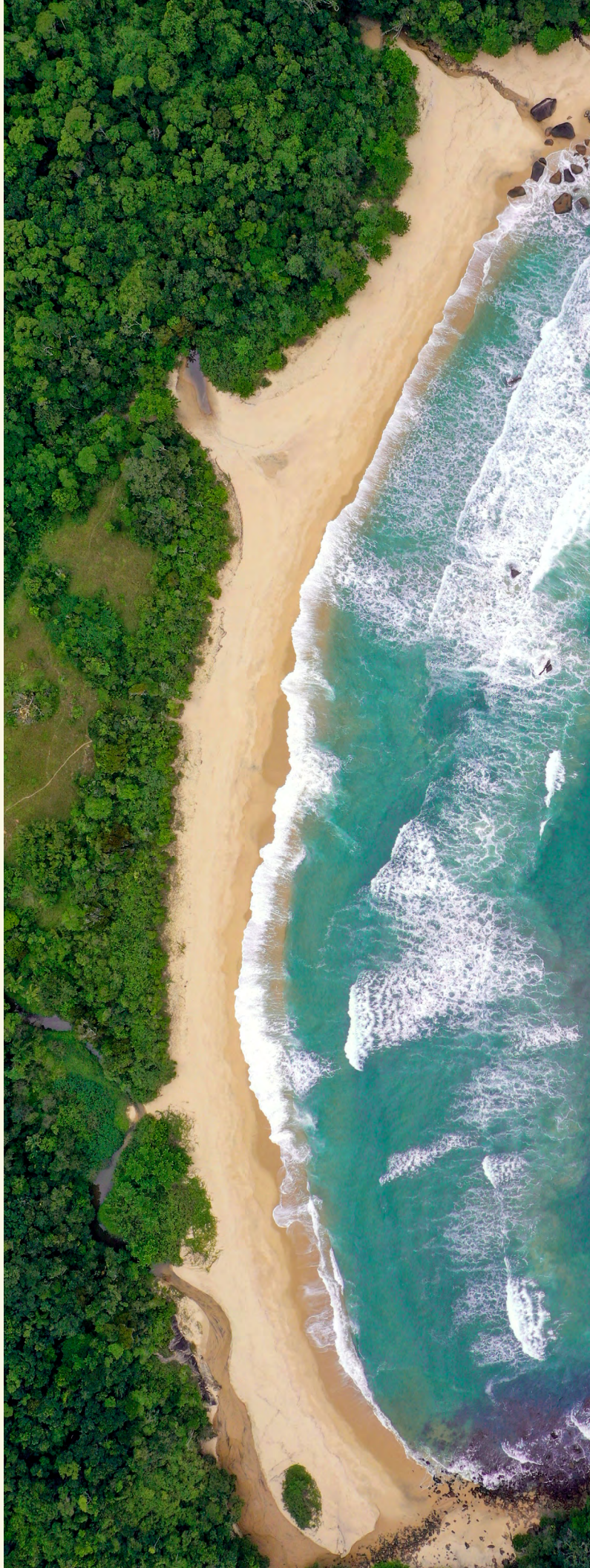
O Brasil reafirma seu compromisso com um modelo de desenvolvimento sustentável que promove a justiça social e a igualdade étnico-racial. Após um período de retrocesso institucional que enfraqueceu importantes avanços nessas áreas, o país retoma uma postura de liderança ativa, fortalecendo sua estrutura institucional para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e se consolidando como um ator-chave em fóruns estratégicos, como o G20 e a COP30. A partir desses espaços, o Brasil promove uma agenda ambiciosa e coerente com a Agenda 2030, reafirmando seu compromisso com um futuro mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável.



1.1 GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO CLIMÁTICA COM JUSTIÇA SOCIAL E IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Brasil consolidou uma arquitetura institucional voltada à sustentabilidade, que articula a Agenda 2030 com a justiça social, a transição ecológica e a igualdade étnico-racial. Em 2023, o país iniciou uma nova fase de reativação do compromisso com os ODS, marcada pela reinstalação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio do Decreto nº 11.704/2023. Essa medida permitiu restabelecer um espaço de participação social paritário e fortalecer a coordenação intergovernamental e multissetorial. A CNODS é composta por 42 representantes do governo — incluindo ministérios, governos locais e entidades técnicas — e 42 representantes da sociedade civil. Seu mandato abrange desde o apoio à formulação de políticas públicas até o acompanhamento dos avanços no cumprimento dos ODS, com o apoio de instituições técnicas como o IBGE, o IPEA e a Fundação Oswaldo Cruz.

O país apresentou dois Relatórios Nacionais Voluntários (2017 e 2024), sendo o mais recente resultado de um amplo processo participativo que envolveu atores públicos, privados e sociais. Paralelamente, o fortalecimento do sistema estatístico nacional, por meio de iniciativas como a Plataforma ODS Brasil, permitiu avançar na adaptação dos indicadores às realidades territoriais e populacionais, com ênfase nos setores mais vulneráveis. No nível subnacional, observa-se um processo ativo de territorialização da agenda: mais de dez Relatórios Locais Voluntários foram elaborados por municípios e estados entre 2017 e 2023, o que demonstra uma apropriação crescente dos ODS em âmbito local, apesar das limitações técnicas, orçamentárias e de participação social.



No cenário internacional, o Brasil retomou seu papel de liderança estratégica em governança climática e sustentabilidade, evidenciado por sua presidência no G20 e por ser o próximo país anfitrião da COP30. O país também conseguiu destacar iniciativas como o Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais e a realização da Quinta Conferência Global sobre Sinergias entre o Acordo de Paris e a Agenda 2030, demonstrando seu compromisso com uma articulação sistêmica entre ação climática, equidade e desenvolvimento sustentável. Essa abordagem integradora também se reflete na reativação de instâncias nacionais, como a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) e o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que fortalecem a convergência entre a agenda climática e o Marco Mundial da Biodiversidade.

Em um esforço pioneiro para integrar a igualdade étnico-racial à sustentabilidade, o Brasil tem promovido a proposta do ODS 18 — “Igualdade Étnico-Racial” —

coordenada pelos ministérios da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com organizações da sociedade civil. Essa iniciativa expressa uma visão de desenvolvimento que não é apenas ambientalmente responsável, mas também historicamente consciente e socialmente justa.

O país estabeleceu as bases para um modelo de governança mais inclusivo, multiescalar e corresponsável. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à articulação entre os diferentes níveis de governo, à participação efetiva do Poder Legislativo e à tradução da Agenda 2030 em políticas com impacto direto na vida cotidiana da população. Apesar disso, o processo de reconstrução institucional, a vocação multilateral e o compromisso em integrar justiça climática e equidade racial no centro do planejamento consolidam o Brasil como uma referência regional em governança para o desenvolvimento sustentável.





1.2 DO COMPROMISSO À CORRESPONSABILIDADE: ATORES NÃO ESTATAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

A participação dos setores não estatais na implementação dos ODS no Brasil tem sido constante e estratégica, mesmo durante os períodos de enfraquecimento institucional. Essa trajetória demonstra que a Agenda 2030 vai além da esfera governamental, se consolidando como uma plataforma compartilhada de ação e de monitoramento conduzida pela sociedade.

O Brasil apresenta um ecossistema diverso de atores não estatais que participam ativamente da implementação, do acompanhamento e da defesa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A sociedade civil tem desempenhado um papel fundamental, especialmente nos momentos de fragilidade institucional, se firmando como garantidora da continuidade e da legitimidade da Agenda 2030. Desde 2017, o Grupo de Trabalho Agenda 2030 elabora o Relatório Luz, uma avaliação crítica e independente sobre os avanços do país, reconhecida como uma referência em âmbito nacional e internacional.

Organizações como o Geledés – Instituto da Mulher Negra e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) se destacam por sua capacidade de incidência, enquanto plataformas como a Rede ODS Brasil e a Plataforma ODS Brasil têm articulado esforços entre diversos atores. Essas redes contribuem para o monitoramento colaborativo e para a territorialização dos ODS. No âmbito empresarial, entidades como o Instituto Ethos, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Pacto Global Brasil têm promovido a adoção de práticas sustentáveis. Contudo, o compromisso do setor privado ainda se restringe, em grande medida, à responsabilidade social corporativa, sem uma integração estrutural à governança nacional.

A academia também vem ganhando protagonismo. Universidades como a Universidade de Brasília (UnB), a Faculdade Zumbi dos Palmares e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) têm incorporado os ODS em suas atividades de ensino, pesquisa e formulação de modelos de governança. Redes como o Observatório do Conhecimento e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) oferecem evidências que subsidiam o desenho de políticas públicas baseadas em dados.

As juventudes participam por meio de espaços como o Engajamundo e a União Nacional dos Estudantes (UNE), promovendo agendas transformadoras — ainda que com baixa representação em instâncias de decisão. O mesmo ocorre com sindicatos, povos indígenas e populações afrodescendentes que, embora atuem por meio de suas próprias plataformas, enfrentam barreiras para uma participação efetiva e contínua.

Apesar da diversidade de iniciativas, persistem desafios para consolidar a corresponsabilidade. A sub-representação de determinados setores e a fragmentação dos esforços limitam uma participação estruturada e integrada. Avançar rumo a uma arquitetura participativa mais sólida exigirá o fortalecimento de capacidades, a institucionalização de mecanismos de diálogo e a inclusão efetiva dos atores não estatais nos processos de tomada de decisão com caráter vinculante.



1.3 TENDÊNCIAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

O Brasil se encontra em um ponto de inflexão em seu caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, com um compromisso institucional renovado e uma projeção internacional que reforçam sua liderança na implementação da Agenda 2030. O alinhamento do Plano Plurianual 2024–2027 às metas globais e a proposta do ODS 18 evidenciam uma vontade política de traduzir os princípios da sustentabilidade em políticas públicas concretas. No entanto, esse avanço normativo e programático enfrenta desafios estruturais que comprometem sua continuidade, efetividade e impacto territorial.

O mecanismo oficial de governança para os ODS — a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) — funciona sob um decreto presidencial e possui composição paritária, o que permite recuperar a legitimidade e fortalecer a articulação intersetorial. Contudo, sua continuidade ainda é vulnerável aos ciclos políticos, uma vez que não conta, até o momento, com um marco legal que a institucionalize como órgão de Estado. Reforçar sua estabilidade jurídica é essencial para consolidar seu papel coordenador e assegurar uma articulação sustentável entre os diferentes níveis de governo e os diversos setores sociais.

Paralelamente, observa-se o crescimento de iniciativas impulsionadas por juventudes, povos indígenas, movimentos sindicais e coletivos afrodescendentes, bem como um envolvimento progressivo do setor privado. No entanto, a participação desses atores ainda é desigual, episódica e limitada nos espaços formais de decisão. Traduzir o compromisso social em corresponsabilidade efetiva exige a criação de mecanismos permanentes de representação e de diálogo vinculante, que reconheçam esses setores como aliados estratégicos — para além de uma lógica meramente consultiva.



A capacidade técnica e operacional também enfrenta desafios. Embora instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tenham avançado na produção de dados e na adaptação de indicadores, a cobertura territorial ainda é insuficiente, e as capacidades locais para integrar os ODS na gestão e no planejamento permanecem frágeis. Essa assimetria limita a rastreabilidade das políticas e a possibilidade de planejar com base em evidências. Ampliar os recursos do sistema estatístico, oferecer apoio técnico aos governos subnacionais e democratizar o acesso a dados desagregados são condições essenciais para reduzir essa lacuna.

Embora o Brasil tenha mobilizado recursos significativos em áreas-chave como a transição energética, a redução das desigualdades e o combate à fome, o país ainda não dispõe de um marco integrado que articule o orçamento público, a cooperação internacional e o capital privado em função dos objetivos globais. O avanço de instrumentos como o

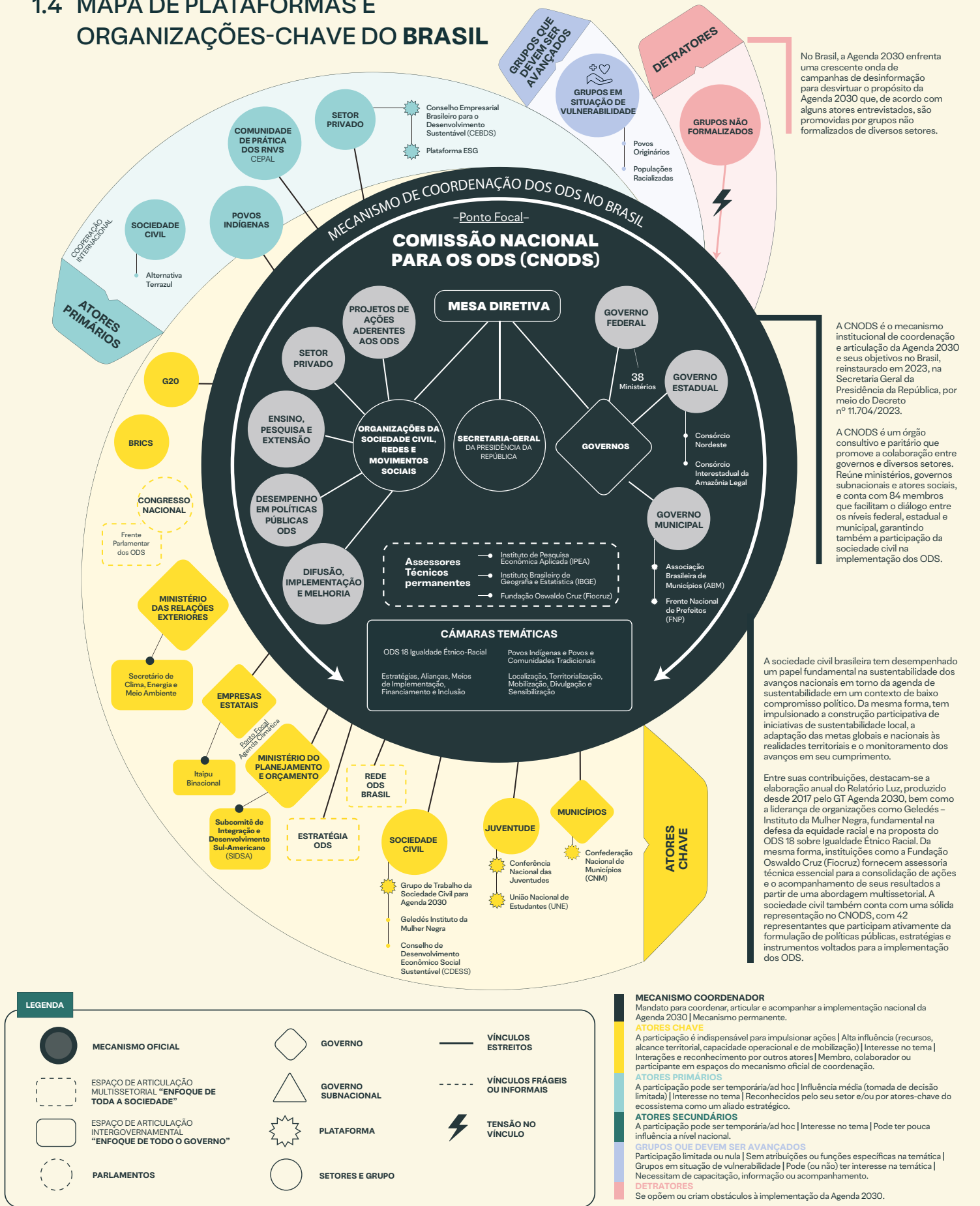
Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais, no âmbito do G20, demonstra um potencial relevante — porém isolado. É necessário construir um sistema de financiamento coerente, com regras claras, mecanismos inovadores e metas alinhadas à sustentabilidade, que possibilite ampliar e sustentar os progressos alcançados.

Além disso, o impulso a novas agendas, como a justiça climática com enfoque étnico-racial, evidencia uma vontade de transformação institucional. Esse potencial precisa ser acompanhado por políticas que integrem ciência, tecnologia e saberes locais, de modo a gerar soluções pertinentes, inclusivas e sustentáveis a partir dos territórios.

O Brasil recuperou seu protagonismo. O desafio, agora, é consolidá-lo por meio de instituições estáveis, do fortalecimento de capacidades, da participação estruturada e de alianças duradouras que transformem os compromissos em resultados concretos — tanto para as populações mais excluídas quanto para o planeta.



1.4 MAPA DE PLATAFORMAS E ORGANIZAÇÕES-CHAVE DO BRASIL





Colômbia

A Colômbia destaca-se por seu papel de liderança na formulação da Agenda 2030 e por seu compromisso contínuo com o multilateralismo e a sustentabilidade. O país foi pioneiro no desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desde a Rio+20, na criação de um mecanismo oficial de coordenação para a governança da Agenda 2030 e na incorporação precoce desses objetivos ao seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2014–2018. Seus esforços têm sido amplamente reconhecidos no cenário internacional — prova disso é seu papel como país anfitrião da COP16 sobre biodiversidade (Cali, 2024). A diplomacia ambiental e a convergência de agendas reforçam sua posição como uma referência regional em sustentabilidade e governança multilateral.



2.1 GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO CLIMÁTICA EM UM CONTEXTO DE PAZ

A Comissão Interinstitucional de Alto Nível para a Preparação e Implementação Efetiva da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e de seus ODS¹ constitui o mecanismo oficial de governança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Colômbia. Essa instância, presidida pelo Departamento Nacional de Planejamento (Departamento Nacional de Planeación - DNP), que também exerce a função de secretaria técnica, garante a articulação entre os compromissos internacionais e as políticas nacionais. É composta por sete entidades do Poder Executivo² e se articula com setores não estatais por meio de uma Plataforma Multissetorial, que atua como espaço permanente de diálogo social³. Os avanços, desafios e conquistas do país foram documentados nos quatro Relatórios Nacionais Voluntários (2016, 2018, 2021 e 2024) apresentados ao Fórum Político de Alto Nível.

No âmbito subnacional, a Colômbia tem promovido ativamente a localização dos ODS por meio do desenvolvimento de guias metodológicas para a elaboração de Relatórios Locais Voluntários, manuais de indicadores para o monitoramento local e estratégias de apoio técnico aos governos subnacionais, em cooperação com o setor privado, a sociedade civil organizada e a cooperação internacional.

O compromisso político da Colômbia com as agendas multilaterais reflete-se em uma articulação estratégica entre a Agenda 2030, o Acordo de Paris, o Marco Mundial da Biodiversidade e, de forma singular, o Acordo de Paz. Nesse contexto, sustentabilidade e paz são compreendidas como dimensões interdependentes. Exemplo disso é o eixo prioritário do Plano Nacional de Desenvolvimento 2022–2026 — a “paz total e integral” — que reconhece que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social, nem reconciliação duradoura sem inclusão territorial. Essa visão se traduz em políticas que integram restauração ecológica, justiça ambiental e garantia de direitos para as vítimas do conflito armado, os povos étnicos e as comunidades rurais historicamente excluídas.

A Colômbia transformou a ação climática em um instrumento de coesão social e de ordenamento territorial. A Lei de Ação Climática, a Estratégia Climática de Longo Prazo (E2050), o Plano de Biodiversidade 2024–2030 e a Política Nacional de Biodiversidade constituem uma rota estratégica que alinha os compromissos globais às prioridades nacionais, articulando mitigação, adaptação, conservação dos ecossistemas e justiça socioambiental. Essa convergência é reforçada pela abordagem do Plano Nacional de Desenvolvimento 2022–2026, que incorpora a bioeconomia, a transição energética justa e a gestão da água como pilares de um novo pacto social construído a partir dos territórios.

1 Criada mediante Decreto 2080 de 2015:
<https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=66611>

2 Integrantes da Comissão: [La Comisión ODS - La Agenda 2030 en Colombia - Objetivos de Desarrollo Sostenible](#)

3 Estabelecida por mandato, mediante CONPES 3918 "[Estrategia para la implementación de los objetivos de desarrollo sostenible \(ODS\) en Colombia](#)"



2.2 DO COMPROMISSO À CORRESPONSABILIDADE: ATORES NÃO ESTATAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Os setores não estatais da sociedade colombiana desempenham um papel cada vez mais estratégico na governança para a sustentabilidade. Plataformas da sociedade civil, do setor privado, da academia e da cooperação internacional deixam de atuar apenas como atores complementares e passam a ser parceiros centrais na implementação de políticas públicas, na adaptação local das agendas globais e na criação de mecanismos inovadores de colaboração e financiamento.

A sociedade civil demonstra uma capacidade singular de acompanhar, monitorar e enriquecer a implementação dos ODS. Plataformas como a Confederação Colombiana de ONGs, o Movilizatório, a Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC) e o Processo de Comunidades Negras promovem a participação a partir de territórios historicamente excluídos. Essas plataformas produzem dados, propostas e confiança no âmbito local, embora sua integração em espaços estratégicos de decisão ainda seja limitada e demande maior institucionalização.

No setor privado, entidades como a Associação Nacional de Empresários da Colômbia (ANDI), redes como o Pacto Global e alianças como a ProPacífico impulsionam agendas de economia circular, transição energética, bioeconomia e sustentabilidade urbana, com impactos concretos em regiões que possuem ecossistemas empresariais consolidados. No entanto, é necessário ampliar essas experiências para territórios com menor capacidade institucional e estabelecer incentivos que alinhem o investimento privado às prioridades locais.

A academia oferece conhecimento aplicado, ferramentas de monitoramento e formação técnica para a localização dos ODS. Instituições como o Centro ODS para a América Latina e o Caribe e universidades regionais contribuem para traduzir marcos globais em instrumentos úteis para os governos locais. No entanto, persistem lacunas entre a produção acadêmica e a tomada de decisões públicas, devido à ausência de estruturas estáveis de assessoria científica em nível institucional.

A cooperação internacional atua como aliada estratégica na mobilização de recursos, na assistência técnica e no fortalecimento institucional. O Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2024–2027 oferece uma trajetória conjunta com o Estado colombiano, alinhada aos eixos do Plano Nacional de Desenvolvimento e centrada na paz total, na sustentabilidade ambiental e na justiça social. Por meio de alianças com agências como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a União Europeia, têm sido impulsionados processos fundamentais em governança ambiental, ordenamento territorial e monitoramento dos ODS. No entanto, é necessária uma programação mais sensível às prioridades territoriais, que reconheça o protagonismo dos governos locais e das organizações comunitárias na definição e implementação de projetos.

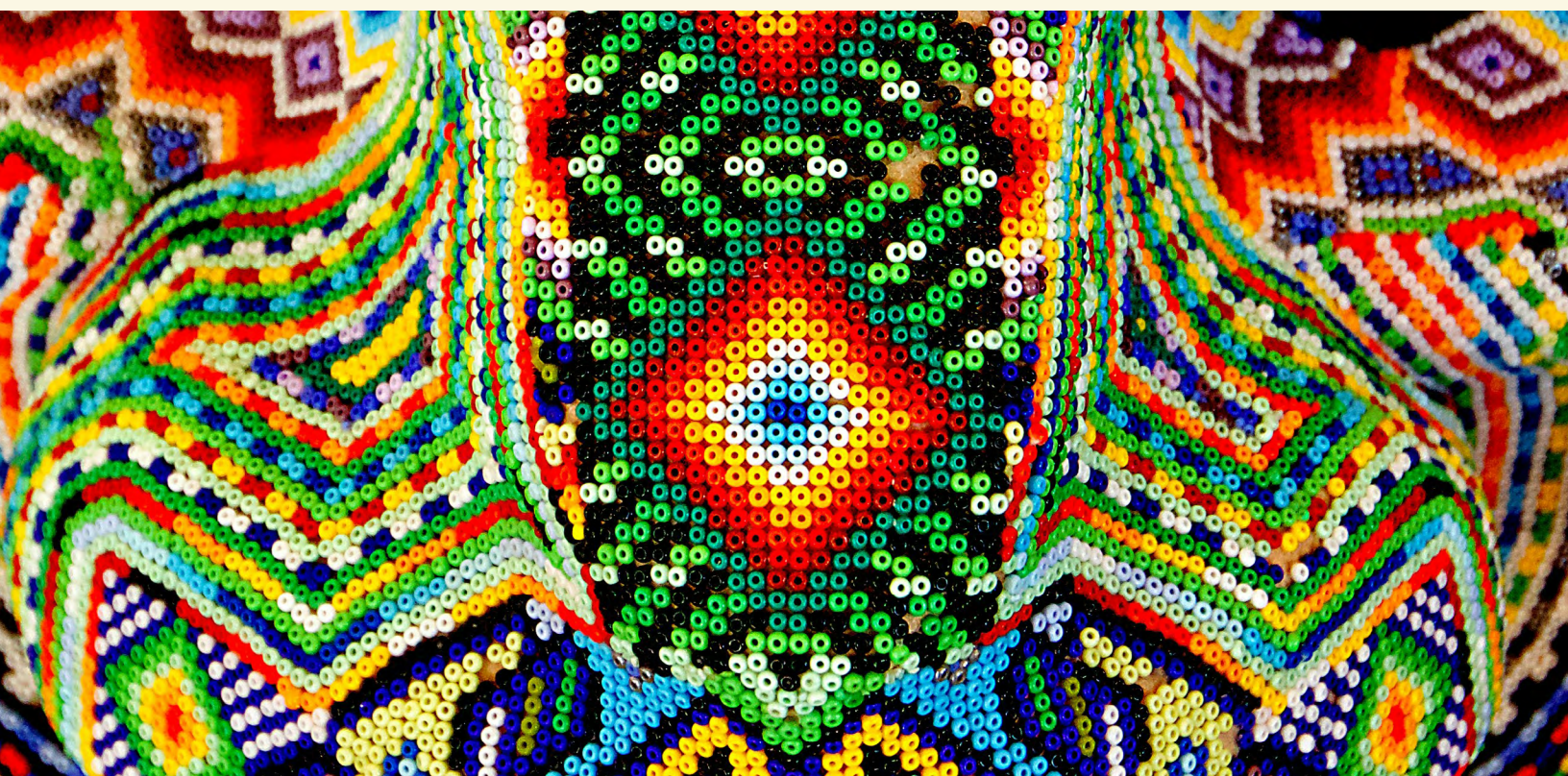


2.3 TENDÊNCIAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

A Colômbia avança com determinação rumo à consolidação de uma governança para a sustentabilidade que articula marcos normativos, processos participativos e uma visão de desenvolvimento que reconhece a interdependência entre a justiça social, ambiental e territorial.

Para fortalecer esse mecanismo de governança, é fundamental institucionalizar a corresponsabilidade multissetorial na implementação dos ODS. Isso exige reformar e robustecer os mecanismos de coordenação existentes, de modo que a Plataforma Multissetorial evolua de um espaço consultivo de interlocução para uma instância de decisão compartilhada. Uma ação concreta seria a criação de mesas temáticas autônomas, organizadas por objetivos prioritários ou por grupos populacionais historicamente marginalizados. Do mesmo modo, torna-se essencial integrar formalmente o Congresso da República à arquitetura de governança da Agenda 2030, por meio da criação de uma comissão legislativa ou de subcomitês especializados nos ODS. Isso garantiria tanto o impulso de iniciativas legislativas alinhadas quanto a continuidade das estratégias para além dos ciclos políticos.

Se vier a consolidar-se como parte do mecanismo oficial, a Plataforma Multissetorial poderá potencializar a ação individual e coletiva. Atualmente, os setores não estatais formulam propostas, participam do monitoramento, impulsionam soluções e mobilizam recursos. No entanto, essa energia social ainda opera, com frequência, de forma paralela ao planejamento público, sem uma articulação estrutural que permita ampliar seu impacto. Há experiências destacadas que podem servir de referência, como a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento 2022–2026 a partir de mais de 6.000 propostas cidadãs coletadas nos Diálogos Regionais Vinculantes; a elaboração de relatórios nacionais e locais voluntários com metodologias participativas; ou as iniciativas empresariais voltadas à restauração ecológica e à transição energética no Valle del Cauca. O desafio consiste em institucionalizar essas dinâmicas, criando plataformas que reconheçam os atores não estatais como corresponsáveis pela definição de metas e estratégias.



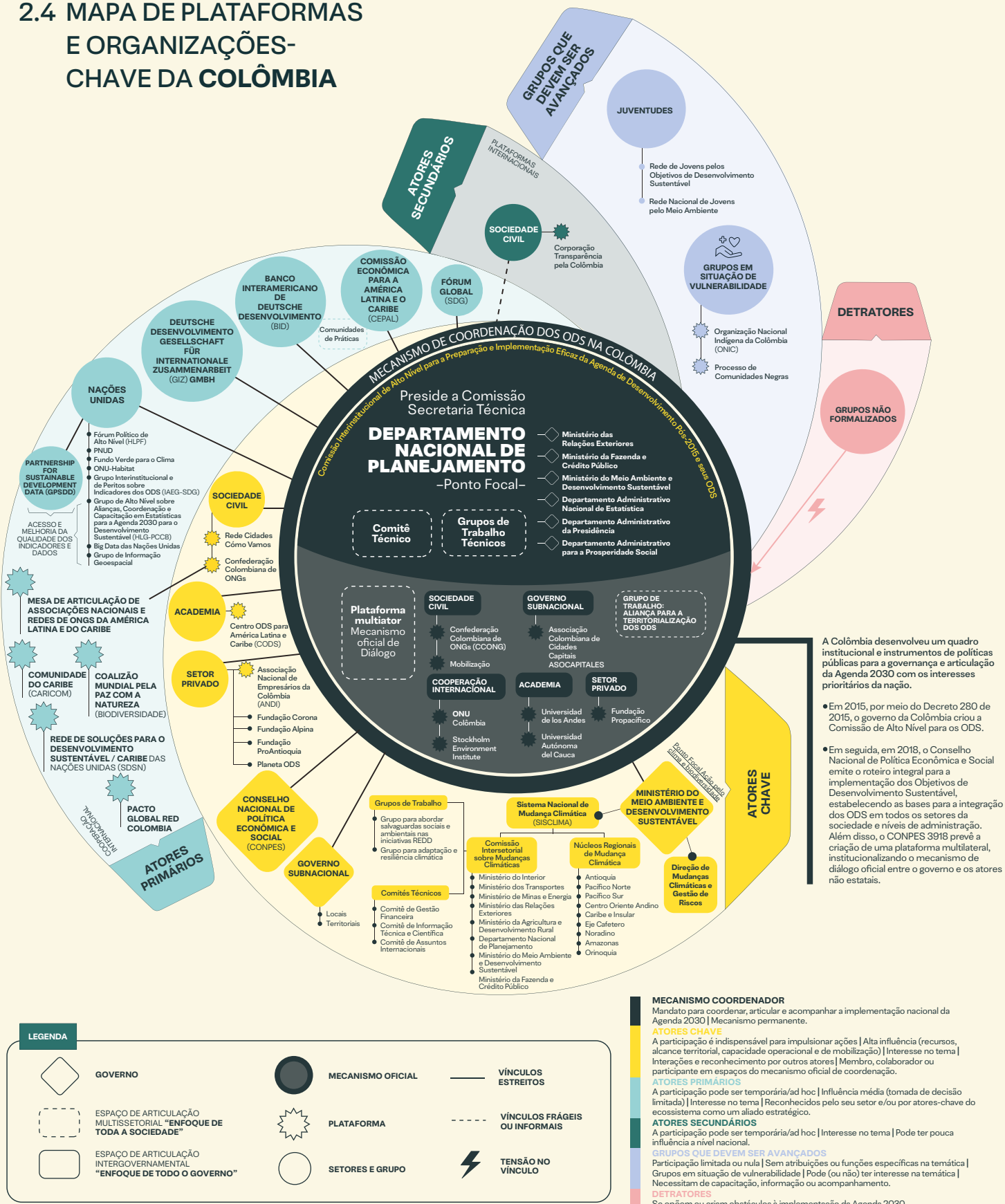


Em nível nacional, o país dispõe de capacidades significativas em termos de experiência técnica, infraestrutura estatística e produção acadêmica. No entanto, os territórios enfrentam limitações de pessoal, financiamento e geração de informação específica, o que compromete a implementação de políticas públicas diferenciadas, baseadas em evidências e adaptadas às necessidades locais.

A ampliação dos indicadores dos ODS para mais de 200, liderada pelo DANE, reflete um compromisso decidido com a melhoria do monitoramento, mas deve vir acompanhada de programas sistemáticos de formação e assistência técnica. A articulação entre universidades regionais, centros de pesquisa e

governos locais representa uma oportunidade para reduzir essa lacuna, por meio de convênios que facilitem a transferência de conhecimento, o desenvolvimento de metodologias e a construção de capacidades sustentáveis nos territórios. Da mesma forma, a criação de fundos de impacto para a aceleração dos ODS, conforme proposto pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, poderia direcionar recursos ao fortalecimento institucional em nível subnacional, especialmente em regiões estratégicas para a sustentabilidade e a paz.

2.4 MAPA DE PLATAFORMAS E ORGANIZAÇÕES-CHAVE DA COLÔMBIA





Costa Rica

A Costa Rica construiu uma arquitetura de governança que articula compromisso político, visão de longo prazo e participação multissetorial em torno da Agenda 2030. Desde 2016, o país se consolidou como referência regional ao subscrever o Pacto Nacional pelos ODS, um acordo sem precedentes que reuniu os três poderes do Estado, governos locais, universidades públicas, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais. Essa aposta em uma governança compartilhada foi reafirmada em 2023 e se traduz em mecanismos institucionais que vão além da formalidade, configurando uma estrutura operacional para a implementação dos ODS.



3.1 GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO CLIMÁTICA A PARTIR DE UM PACTO NACIONAL MULTISSETORIAL

O Conselho de Alto Nível dos ODS, criado pelo Decreto 40203-PLAN-RE-MINAE em 2017, constitui o mecanismo oficial de governança. Ele é presidido pela Vice-Presidência da República e integrado pelos ministérios de Planejamento, Relações Exteriores, Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, o que garante uma abordagem intersetorial a partir do mais alto nível político. Seu órgão operacional, a Secretaria Técnica dos ODS (ST-ODS), vinculada ao Ministério de Planejamento Nacional e Política Econômica (MIDEPLAN), lidera o planejamento, o monitoramento, a elaboração de relatórios e a articulação com o financiamento público. A essa estrutura soma-se um Comitê Técnico — composto por instituições responsáveis pelo planejamento setorial e territorial — e um Comitê Consultivo Assessor, no qual convergem atores de todos os setores sociais. Essa composição confere ao mecanismo densidade política e técnica, convertendo-o em um espaço efetivo de coordenação e corresponsabilidade.

Em nível subnacional, a integração dos ODS adotou uma abordagem multinível que busca fortalecer capacidades locais e territorializar a sustentabilidade. A Rede de Cantões Promotores dos ODS, impulsionada pela ST-ODS, pelo Sistema das Nações Unidas e pelo Instituto de Fomento e Assessoria Municipal, já conta com a adesão de mais da metade dos governos locais. Essa rede torna visível o compromisso territorial e deu origem a seis Relatórios Locais Voluntários (RLV), apoiados por ferramentas como o Sistema de Indicadores Cantonais. No entanto, persistem desafios relacionados à equidade institucional: a heterogeneidade das capacidades técnicas e financeiras entre as municipalidades e as limitações na disponibilidade de dados comprometem a possibilidade de avaliar impactos de forma sistemática.

O compromisso da Costa Rica com a sustentabilidade não se limita à Agenda 2030. O país articulou seus marcos de planejamento com outras agendas multilaterais, como o Acordo de Paris e o Marco Mundial da Biodiversidade, por meio de uma governança climática sólida. O Ministério do Ambiente e Energia lidera esse esforço por meio de instituições como a Direção de Mudança Climática, responsável pelo monitoramento da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), e a Comissão Nacional de Biodiversidade, que integra atores estatais e não estatais para assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos. Esses instrumentos coexistem com políticas de longo prazo, como o Plano Nacional de Descarbonização e o Plano Nacional de Desenvolvimento e Investimento Público, fortalecendo a coerência transversal entre sustentabilidade, ação climática e planejamento público.

Nesse contexto, a governança costarriquenha combina visão política, participação social e instrumentos operacionais que permitem uma implementação articulada das agendas globais. No entanto, decisões recentes — como o Decreto Executivo nº 44945-PLAN-RE-MINAE, que revoga a declaração de interesse público da Agenda 2030 — introduzem uma mudança de orientação que pode enfraquecer o modelo construído. Garantir a continuidade da abordagem multissetorial e interinstitucional será fundamental para manter a legitimidade e a eficácia da ação pública no trecho final rumo a 2030.



3.2 DO COMPROMISSO À CORRESPONSABILIDADE: ATORES NÃO ESTATAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Na Costa Rica, o impulso à Agenda 2030 não é uma tarefa exclusiva do Estado. O processo de implementação é sustentado por uma ampla rede de atores não estatais que assumiram responsabilidades concretas, gerando capacidades, articulando agendas e reivindicando espaços de corresponsabilidade institucional. Essa participação não apenas ampliou o alcance das políticas públicas, como também contribuiu para construir legitimidade social em torno dos ODS.

A sociedade civil costarriquenha destaca-se por sua heterogeneidade, territorialidade e participação efetiva. A Plataforma de Organizações da Sociedade Civil para os ODS, composta por mais de 40 organizações, articula uma agenda de trabalho centrada em direitos humanos, justiça social e desenvolvimento inclusivo. Sua participação no Pacto Nacional pelos ODS, no Comitê Consultivo Assessor do Conselho de Alto Nível dos ODS e no Fórum Nacional constitui uma oportunidade para canalizar demandas provenientes de territórios e populações historicamente excluídas. Organizações integrantes dessa plataforma elaboraram relatórios alternativos sobre o progresso dos ODS — como os Informes Paralelos Voluntários — que oferecem uma leitura crítica e propositiva dos avanços oficiais. No entanto, a sustentabilidade de seu trabalho ainda enfrenta limitações estruturais, como a dificuldade de construir uma agenda visível para outros setores, a escassez de recursos, a dependência de apoios externos e a ausência de mecanismos institucionais de financiamento.

O setor privado também avança como ator estratégico na implementação da Agenda 2030. Organizações como a Aliança Empresarial para o Desenvolvimento (AED) promovem ativamente modelos de negócios sustentáveis, influenciando temas como economia circular, inclusão laboral e igualdade de oportunidades.

Por meio de sua iniciativa “Apuesta Mega 2025”, a AED articula esforços empresariais com impacto territorial, demonstrando que a responsabilidade corporativa pode alinhar-se aos ODS. No entanto, ainda persistem barreiras para sua participação plena nos espaços de tomada de decisão, assim como uma percepção de baixo reconhecimento institucional de suas contribuições, o que limita seu potencial transformador.

Por sua vez, a academia consolida seu papel como geradora de conhecimento aplicado e como ponte entre a evidência técnica e a formulação de políticas públicas. A partir do Conselho Nacional de Reitores e das universidades públicas, foi desenvolvido o Sistema de Informação Interuniversitário para a Gestão dos ODS, que permite sistematizar as ações acadêmicas em função da Agenda 2030. A Universidade da Costa Rica, por meio de seu Centro ODS, destaca-se como referência técnica na avaliação do cumprimento dos ODS. Além disso, observam-se avanços na transversalização dos objetivos nos planos de estudo, fortalecendo assim uma cidadania profissional orientada ao desenvolvimento sustentável.

A cooperação internacional, especialmente o Sistema das Nações Unidas na Costa Rica, desempenha um papel catalisador. Seu Marco de Cooperação 2023–2027 prioriza a governança inclusiva, a equidade territorial e o fortalecimento de capacidades, apoiando tanto o Estado quanto os atores não estatais. Essa articulação se traduz em acompanhamento técnico, financiamento estratégico e apoio a processos-chave, como a Rede de Cantões Promotores dos ODS.

O que distingue o caso costarriquenho é que a corresponsabilidade não se limita à assinatura de pactos ou à participação simbólica. Ela se traduz na busca por diálogos permanentes, na geração de evidências a partir de múltiplos setores e em alianças operacionais que visam a uma implementação mais democrática e eficaz dos ODS. No entanto, para consolidar esse modelo, é fundamental fortalecer os mecanismos de participação, assegurar a sustentabilidade institucional e garantir que as vozes de todos os atores tenham impacto real nas decisões estratégicas do país.





3.3 TENDÊNCIAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

A Costa Rica tem sido reconhecida por uma arquitetura de governança multissetorial que permite integrar os ODS ao planejamento nacional, ao financiamento público e à participação cidadã. O Conselho de Alto Nível dos ODS, respaldado pelo Pacto Nacional e por sua Secretaria Técnica, consolidou uma base institucional robusta. No entanto, o Decreto Executivo nº 44945-PLAN-RE-MINAE, ao revogar a declaração de interesse público da Agenda 2030, marca uma mudança de orientação que pode enfraquecer esse consenso e apresenta riscos para a continuidade do processo.

Diante dessa situação, o desafio central em matéria de governança é preservar a legitimidade do mecanismo oficial e garantir sua capacidade de coordenar, implementar e monitorar a Agenda para além dos ciclos políticos. A redefinição de funções e a eliminação da declaração de interesse público geram incerteza quanto ao compromisso estatal contínuo. A recomendação fundamental é restituir — de forma técnica e participativa — as disposições que assegurem a prioridade política, o financiamento e a estabilidade institucional do Conselho Nacional e de sua Secretaria Técnica. Do mesmo modo, é necessário resguardar esses mecanismos por meio de normas ou decretos que garantam sua continuidade e capacidade de incidência, independentemente das oscilações administrativas.

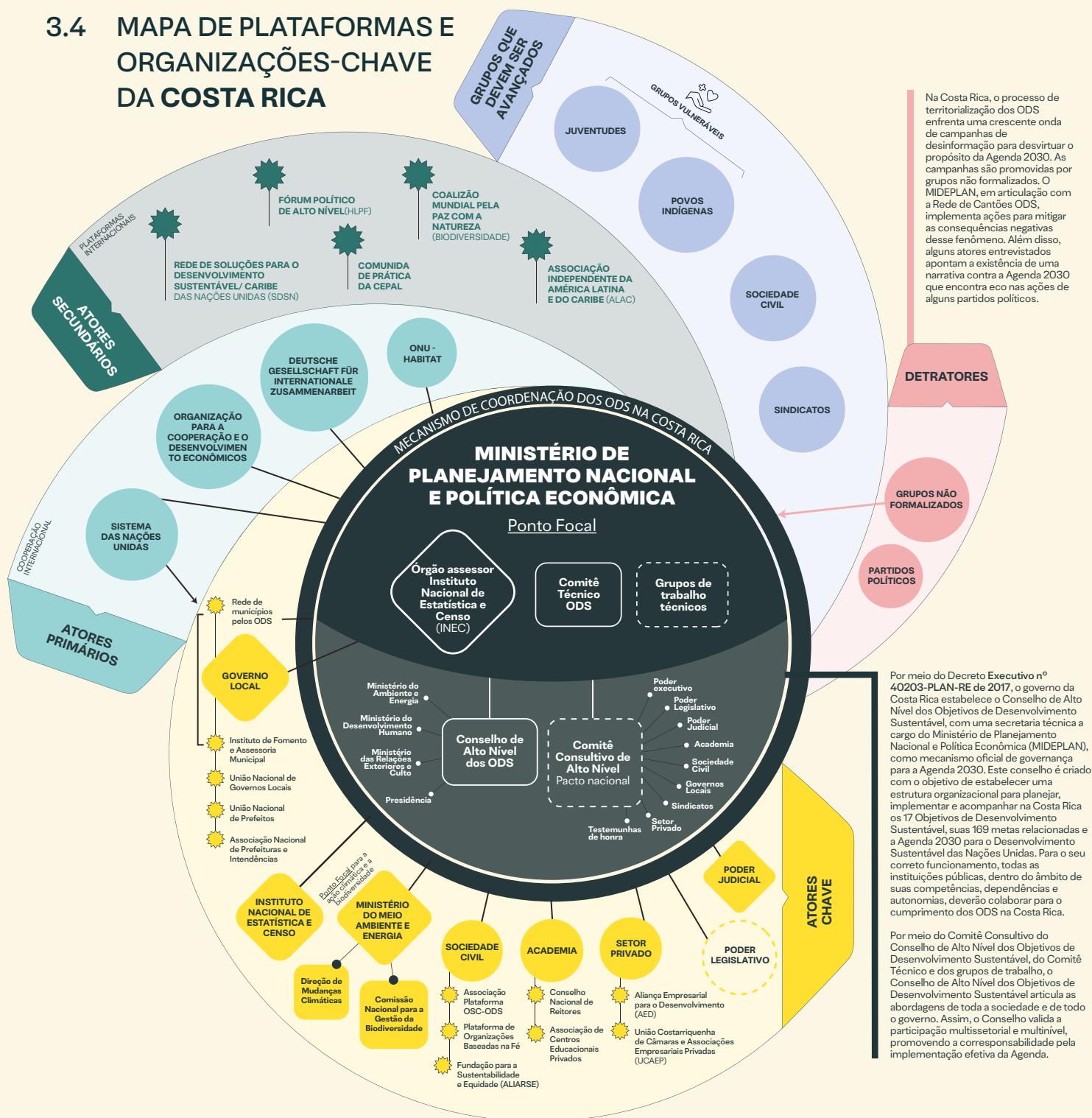
O país desenvolve um ecossistema diverso e ativo. A sociedade civil, o setor empresarial, a academia e a cooperação internacional consolidam plataformas que geram propostas, monitoram avanços e promovem soluções inovadoras. No entanto, a inclusão efetiva desses atores nos processos de tomada de decisões estratégicas continua sendo desigual. Persistem barreiras estruturais para populações indígenas, mulheres, jovens e comunidades rurais, assim como uma articulação ainda frágil entre as contribuições do setor privado e o planejamento público. Superar

essas lacunas exige institucionalizar espaços de participação vinculantes, criar comitês consultivos temáticos e garantir mecanismos que reflitam a diversidade do país. Iniciativas como a Rede de Jovens pelo Ambiente ou os projetos de ecoturismo indígena devem ser reconhecidas como práticas transformadoras e articuladas com o Conselho Nacional e os governos locais.

No âmbito das capacidades, a Costa Rica é reconhecida por seu compromisso com a transparência e o monitoramento participativo. A elaboração de três Relatórios Nacionais Voluntários e seis Relatórios Locais Voluntários, juntamente com o desenvolvimento de sistemas de indicadores cantonais, evidencia um país com capacidades técnicas avançadas para o acompanhamento da Agenda. No entanto, essa capacidade não se distribui de maneira homogênea. As assimetrias entre governos locais, a escassez de pessoal técnico especializado e as lacunas no acesso a dados desagregados comprometem a implementação territorial. Para enfrentar esse desafio, recomenda-se criar um programa nacional de fortalecimento de capacidades subnacionais, apoiado em alianças com universidades, cooperação internacional e redes de municípios. Essa estratégia deve incluir formação contínua, acesso a ferramentas digitais, financiamento para assistência técnica e metodologias de planejamento orientadas a resultados.

Em conjunto, o caso costarricense mostra que os avanços alcançados não são irreversíveis. Mantê-los exige reforçar a institucionalidade que conferiu legitimidade à Agenda 2030, ampliar a inclusão social como condição para a corresponsabilidade e reduzir as desigualdades territoriais que ainda impedem uma implementação plenamente equitativa. Recuperar o sentido de pacto e traduzi-lo em decisões institucionais sustentadas ao longo do tempo será fundamental para que o país não retroceda em sua liderança regional em sustentabilidade.

3.4 MAPA DE PLATAFORMAS E ORGANIZAÇÕES-CHAVE DA COSTA RICA



Na Costa Rica, o processo de territorialização dos ODS enfrenta uma crescente onda de campanhas de desinformação para desvirtuar o propósito da Agenda 2030. As campanhas são promovidas por grupos não formalizados. O MIDEPLAN, em articulação com a Rede de Cantões ODS, implementa ações para mitigar as consequências negativas desse fenômeno. Além disso, alguns atores entrevistados apontam a existência de uma narrativa contra a Agenda 2030 que encontra eco nas ações de alguns partidos políticos.

Por meio do Decreto Executivo nº 40203-PLAN-RE de 2017, o governo da Costa Rica estabelece o Conselho de Alto Nível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com uma secretaria técnica a cargo do Ministério de Planejamento Nacional e Política Econômica (MIDEPLAN), como mecanismo oficial de governança para a Agenda 2030. Este conselho é criado com o objetivo de estabelecer uma estrutura organizacional para planejar, implementar e acompanhar na Costa Rica os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas 169 metas relacionadas e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Para o seu correto funcionamento, todas as instituições públicas, dentro do âmbito de suas competências, dependências e autonomias, deverão colaborar para o cumprimento dos ODS na Costa Rica.

Por meio do Comitê Consultivo do Conselho de Alto Nível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Comitê Técnico e dos grupos de trabalho, o Conselho de Alto Nível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável articula as abordagens de toda a sociedade e de todo o governo. Assim, o Conselho valida a participação multissetorial e multinível, promovendo a corresponsabilidade pela implementação efetiva da Agenda.

LEGENDA



MECANISMO OFICIAL



ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO MULTISSETORIAL "ENFOQUE DE TODA A SOCIEDADE"



ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL "ENFOQUE DE TODO O GOVERNO"



PARLAMENTOS



GOVERNO



PLATAFORMA



SETORES E GRUPO

VÍNCULOS ESTREITOS

VÍNCULOS FRÁGEIS OU INFORMAIS

TENSÃO NO VÍNCULO

MECANISMO COORDENADOR

Mandato para coordenar, articular e acompanhar a implementação nacional da Agenda 2030 | Mecanismo permanente.

ATORES CHAVE

A participação é indispensável para impulsionar ações | Alta influência (recursos, alcance territorial, capacidade operacional e de mobilização) | Interesse no tema | Interações e reconhecimento por outros atores | Membro, colaborador ou participante em espaços do mecanismo oficial de coordenação.

ATORES PRIMÁRIOS

A participação pode ser temporária/ad hoc | Influência média (tomada de decisão limitada) | Interesse no tema | Reconhecidos pelo seu setor e/ou por atores-chave do ecossistema como um aliado estratégico.

ATORES SECUNDÁRIOS

A participação pode ser temporária/ad hoc | Interesse no tema | Pode ter pouca influência a nível nacional.

GRUPOS QUE DEVEM SER AVANÇADOS

Participação limitada ou nula | Sem atribuições ou funções específicas na temática | Grupos em situação de vulnerabilidade | Pode (ou não) ter interesse na temática | Necessitam de capacitação, informação ou acompanhamento.

DETRATORES

Se opõem ou criam obstáculos à implementação da Agenda 2030.



Jamaica

A Jamaica se posiciona como uma referência regional na integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política e no planejamento nacionais, por meio de um mecanismo sólido de coordenação institucional.



4.1 GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO CLIMÁTICA EM UM CONTEXTO DE RESILIÊNCIA INSULAR

Desde a aprovação da Rota de Implementação dos ODS em 2017, o país construiu uma arquitetura institucional multinível que promove a coordenação intergovernamental e a participação inclusiva. Essa estrutura se articula por meio de um mecanismo tripartite de coordenação composto pelo Grupo Central Nacional dos ODS, pelo Comitê Nacional de Supervisão da Agenda 2030 (NOC, na sigla em inglês) e pelos Grupos de Trabalho Temáticos (TWG) da Visão 2030. A Secretaria da Visão 2030 Jamaica, em conjunto com a Secretaria dos ODS, lidera esse arranjo institucional e opera sob o Instituto de Planejamento da Jamaica (PIOJ), entidade oficialmente designada como ponto focal nacional desde 2019.

O marco institucional da Jamaica para a implementação dos ODS baseia-se em uma forte coordenação, participação inclusiva e governança multinível. No seu núcleo encontra-se o Grupo Central Nacional dos ODS, que reúne os pontos focais do Instituto de Planejamento da Jamaica (PIOJ), do Ministério de Relações Exteriores e Comércio Exterior (MFAFT) e do Instituto de Estatística da Jamaica (STATIN), garantindo uma governança transversal que integra planejamento, monitoramento e cooperação internacional.

Complementarmente, está o Comitê Nacional de Supervisão da Agenda 2030 (NOC), um mecanismo-chave que reúne entidades governamentais, sociedade civil, academia e outras partes interessadas para orientar a implementação dos ODS. O NOC supervisiona a folha de rota dos ODS, alinha as prioridades nacionais com a Visão 2030 Jamaica e com os sucessivos Marcos de Política Socioeconômica de Médio Prazo (MTF), e opera por meio de subcomitês de dados, monitoramento e avaliação, e comunicação, os quais contribuem para fortalecer a participação pública e a prestação de contas.

Os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT) oferecem um nível adicional de participação e coordenação entre as partes interessadas. Essas plataformas multissetoriais reúnem representantes de instituições públicas, sociedade civil, academia, setor privado e parceiros internacionais para o desenvolvimento, com o objetivo de elaborar políticas, monitorar avanços e identificar prioridades setoriais. Institucionalizados como um elemento permanente do marco de desenvolvimento da Jamaica, os GTT garantem que o planejamento e a execução sejam integradores, transparentes e baseados em necessidades setoriais reais. Juntos, o Grupo Central, o NOC e os GTT formam um sistema sólido que conecta a ação nacional às vozes dos cidadãos e aos compromissos globais de desenvolvimento, tornando a abordagem da Jamaica para os ODS tanto participativa quanto estratégica.

Essa abordagem participativa foi essencial para a elaboração de dois Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) — de 2018 e 2022 — desenvolvidos mediante amplos processos de consulta, enquetes, oficinas e comitês. Além disso, em 2022 foi apresentado um relatório de progresso específico para o período de 2019–2020, o que demonstra um compromisso contínuo com a transparência e a prestação de contas.

Os esforços do governo também se expressam em nível subnacional. Para a territorialização dos ODS, a Jamaica implementa Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (LSDP), liderados pelo Ministério de Governo Local e Desenvolvimento Comunitário. Esses planos buscam alinhar a Visão 2030 e os ODS com as estratégias locais em nível paroquial e comunitário. Destacam-se iniciativas como o “Parish Talk”, ativo desde 2016, e a colaboração com a Comissão Europeia para fortalecer o papel dos governos locais. Embora ainda não tenham sido oficialmente apresentados Relatórios Locais



Voluntários (RLV) ao Fórum Político de Alto Nível, já foram desenvolvidos guias metodológicos para sua elaboração.

Ao mesmo tempo, o país demonstra compromisso com as agendas multilaterais ao liderar iniciativas globais como a Parceria para as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC Partnership) e o Fundo Verde para o Clima. Foi o primeiro Estado caribenho a apresentar sua NDC atualizada (2020) e ratificou acordos fundamentais como o Acordo de Paris, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o Pacto Climático de Glasgow. Em nível regional, destaca-se no âmbito da Comunidade do Caribe (CARICOM) e do Centro de Mudança Climática da Comunidade do Caribe (CCCCC), impulsionando projetos de adaptação e mitigação a partir de uma perspectiva territorial e inclusiva.

Em linha com sua liderança climática, a Jamaica aprovou em 2023 sua Estratégia de Redução de Emissões de Longo Prazo e Resiliência Climática 2050 (LTS). Desenvolvida por meio de um processo multisetorial liderado pela Divisão de Mudança Climática (CCD) e pelo Instituto de Planejamento da Jamaica (PIOJ), e com o apoio de parceiros internacionais, a LTS fornece um roteiro claro para

reduzir as emissões de gases de efeito estufa em aproximadamente 73% abaixo dos níveis de 2020 até 2050 e alcançar emissões líquidas zero em 2060. Ela delineia vias setoriais específicas para energia, transporte, resíduos, agricultura e infraestrutura costeira, integrando a resiliência climática ao desenvolvimento sustentável. Essa estratégia complementa a Visão 2030 da Jamaica e a NDC atualizada (2020), ao mesmo tempo em que envia um forte sinal de alinhamento, ambição e preparação para investimentos.

A articulação entre a Agenda 2030 e outras agendas globais é um objetivo explícito do planejamento nacional. A Estratégia Nacional de Mudança Climática 2021–2026 e o Plano Nacional de Adaptação estão alinhados à Visão 2030 e aos ODS. A Rede de Pontos Focais de Mudança Climática (CCFPN) desempenha um papel essencial nessa integração ao incluir coordenadores dos ODS em ministérios, agências, sociedade civil e academia, garantindo coerência entre agendas por meio de dados, sensibilização e planejamento conjunto. Essa estrutura permite à Jamaica enfrentar os desafios da sustentabilidade a partir de uma perspectiva interconectada, com foco na justiça climática, na resiliência territorial e na inclusão de atores tradicionalmente excluídos.



4.2 DO COMPROMISSO À CORRESPONSABILIDADE: ATORES NÃO ESTATAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Na Jamaica, a implementação da Agenda 2030 caracteriza-se pela participação ativa de atores não estatais, que buscam ir além do papel consultivo para se posicionarem como parceiros estratégicos no planejamento, na execução e no monitoramento dos ODS. Essa corresponsabilidade vem sendo articulada por meio de canais institucionais consolidados, mas também através de iniciativas independentes que enriquecem o processo com enfoques diversos e capacidades especializadas.

A sociedade civil tem sido uma aliada fundamental na difusão, adaptação territorial e fiscalização dos ODS. O Conselho de Serviços Sociais Voluntários (CVSS, na sigla em inglês) é reconhecido como uma importante organização guarda-chuva que promove o desenvolvimento sustentável. O CVSS é membro do NOC, o que garante a representação da sociedade civil nos espaços de coordenação multissetorial. Também participa de plataformas nacionais mais amplas, como o Comitê Consultivo Fiscal, a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e o Programa Nacional de Voluntariado para a Gestão de Riscos de Desastres.

Ao lado do CVSS, organizações como GROOTS Jamaica, SISTREN Theatre Collective, Woman Inc. e Jamaica Household Workers Union contribuem ativamente para o planejamento do desenvolvimento, com ênfase especial na igualdade de gênero e na inclusão de vozes marginalizadas. No entanto, apesar de estarem formalmente incluídas nas estruturas de tomada de decisão, as organizações da sociedade civil continuam enfrentando dificuldades para influenciar os resultados das políticas. A capacidade institucional limitada, o acesso restrito a financiamento sustentável e a necessidade de uma inclusão mais ampla das comunidades de base e sub-representadas continuam sendo obstáculos fundamentais para uma participação mais eficaz e equitativa.

Por outro lado, o setor privado tem intensificado seu envolvimento com os ODS, com ênfase na sustentabilidade corporativa, no emprego juvenil, na economia digital e na redução das desigualdades. O marco Visão 2030 Jamaica reconhece o setor privado como um motor fundamental do crescimento econômico e da criação de riqueza, destacando seu papel essencial na consecução do desenvolvimento sustentável. Dentro dessa estrutura institucional, a Organização do Setor Privado da Jamaica (PSOJ) é reconhecida como a principal entidade guarda-chuva responsável por representar e coordenar a participação do setor privado na Agenda 2030. A colaboração entre o PIOJ e a Câmara de Comércio da Jamaica (Jamaica Chamber of Commerce) resultou em oficinas, programas de responsabilidade social empresarial e campanhas de sensibilização. Embora o compromisso ainda seja desigual entre grandes empresas e pequenas e médias empresas, a inclusão do setor privado nos mecanismos de coordenação permite gerar um diálogo mais sistemático sobre seu papel na transformação sustentável.

No âmbito acadêmico, universidades como a University of the West Indies (UWI) e a University of Technology (UTECH) têm desempenhado um papel fundamental na produção de conhecimento, no desenvolvimento de indicadores contextualizados e na formação de quadros técnicos em planejamento e monitoramento dos ODS. Embora não exista uma plataforma centralizada que coordene formalmente a participação acadêmica no marco dos ODS, essas instituições colaboram ativamente com o PIOJ e com o Instituto de Estatística (STATIN) na elaboração de relatórios e no fortalecimento de capacidades estatísticas. Participam ativamente como membros do Comitê de Supervisão e de seus subcomitês, bem como de grupos ad hoc que orientam projetos-chave, como o RNV. As contribuições da UWI incluem a coautoria do Relatório Global de Desenvolvimento

Sustentável (GSDR 2019–2023) e o exercício da Presidência de Ação Climática designada pelas Nações Unidas, o que destaca sua liderança em soluções climáticas baseadas em evidências.

Na Jamaica, a participação dos jovens no planejamento do desenvolvimento é cada vez mais reconhecida como essencial, e têm sido realizados esforços significativos para apoiar o empoderamento e a inclusão da juventude nos processos de tomada de decisão. Os jovens estão representados nos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), o que lhes permite participar dos diálogos sobre políticas públicas e desenvolvimento. Em nível nacional, plataformas como o Conselho Consultivo da Juventude da Jamaica (YACJ) e a Rede de Advocacia da Juventude da Jamaica (JYAN) promovem a liderança juvenil, a unidade e o desenvolvimento sustentável, trabalhando para influenciar políticas em favor dos jovens. Em escala regional, o Conselho Regional da Juventude do Caribe (CRYC) desempenha um papel fundamental na defesa da participação dos jovens nas esferas social, econômica e política em todo o Caribe. Essas iniciativas contribuem para fortalecer a voz da juventude nos processos de planejamento e garantir que suas perspectivas sejam refletidas nas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Em conjunto, os atores não estatais na Jamaica demonstraram um compromisso contínuo com a Agenda 2030, assumindo um papel cada vez mais propositivo e estrutural. Fortalecer essa corresponsabilidade exige ampliar os mecanismos de financiamento acessíveis a esses setores, consolidar sua participação na tomada de decisões estratégicas e assegurar que suas contribuições se traduzam em políticas públicas eficazes e adaptadas aos contextos territoriais.

4.3 TENDÊNCIAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES



A Jamaica se posicionou como líder regional na integração da Agenda 2030 ao planejamento nacional do desenvolvimento, com uma arquitetura institucional robusta que inclui o Grupo Central Nacional dos ODS, o Comitê Nacional de Supervisão (NOC) e os Grupos de Trabalho Temáticos (GTT). Esse ecossistema — ancorado no Instituto de Planejamento da Jamaica (PIOJ) — combina coordenação interinstitucional, participação multissetorial e rigor técnico. O desenvolvimento de duas Revisões Nacionais Voluntárias (2018 e 2022), de um roteiro dedicado aos ODS e de um relatório de progresso dos ODS



(2019/2020) demonstra um compromisso político contínuo e uma sólida cultura de planejamento. No entanto, o pleno potencial transformador desses mecanismos é limitado por uma integração vertical insuficiente, que reduz a capacidade dos governos locais de adaptar, implementar e monitorar os ODS em seus territórios. Sem uma maior articulação subnacional, a coerência e o alcance territorial das políticas públicas continuam desiguais.

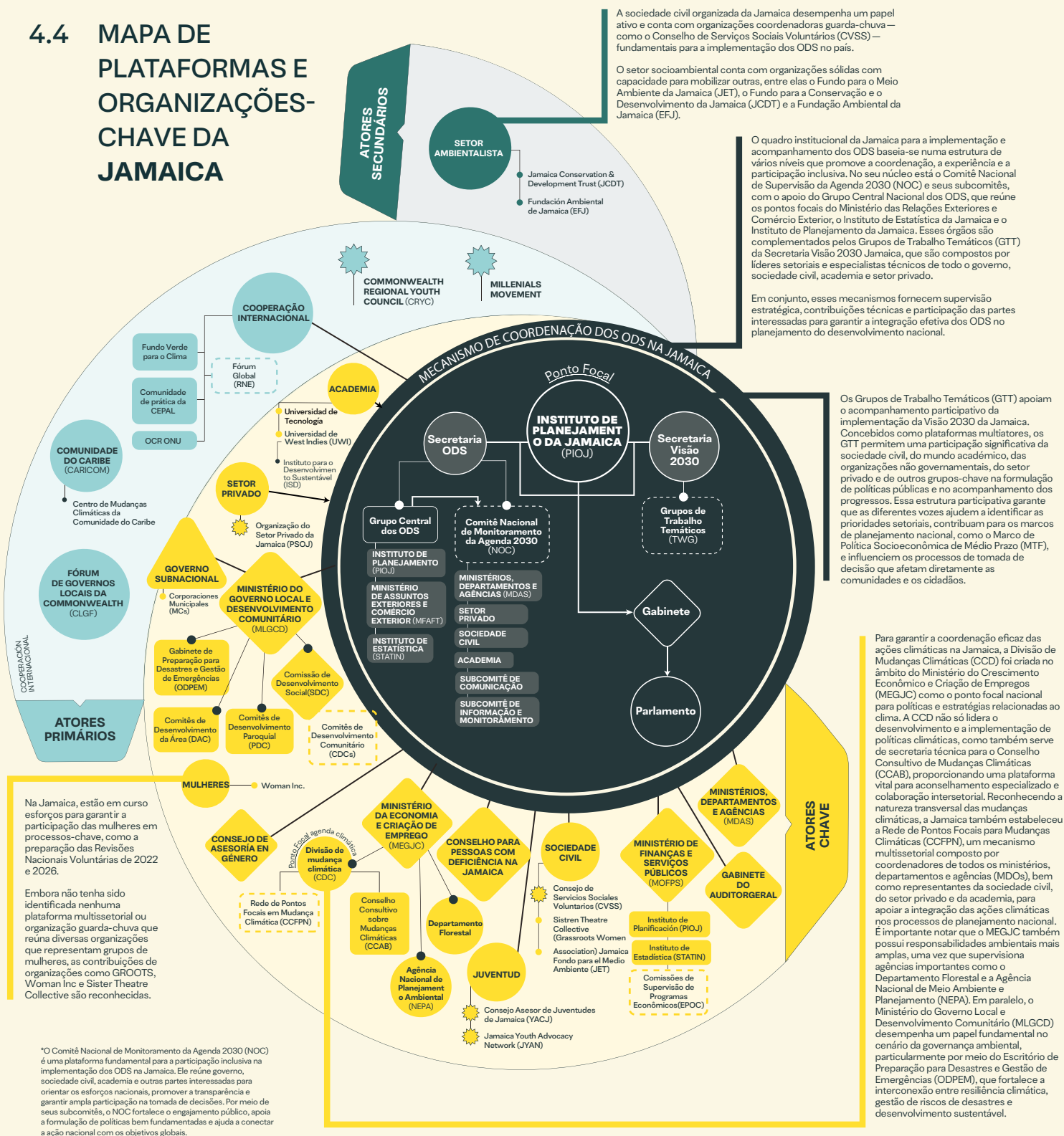
A sociedade civil, os jovens, o meio acadêmico e o setor privado têm sido progressivamente incorporados à estrutura de coordenação nacional, por meio de mecanismos como o NOC e os GTT. O Conselho de Serviços Sociais Voluntários (CVSS), GROOTS Jamaica, Woman Inc., a UWI e o PSOJ, entre outros, têm contribuído para o planejamento, o monitoramento e a incidência pública. No entanto, apesar desses avanços, a participação continua sendo em grande medida consultiva. Não existem marcos permanentes de cogestão e o acesso limitado a financiamento sustentável segue dificultando a capacidade de atores não estatais — especialmente organizações comunitárias e de base — de participar de forma eficaz e consistente. Como consequência, o valioso capital social permanece subutilizado e funciona em paralelo aos mecanismos institucionais, em vez de ser um componente plenamente integrado da implementação nacional.

A mobilização de recursos é insuficiente para sustentar os esforços de implementação. Embora a Jamaica tenha avançado na integração dos ODS ao orçamento nacional, a margem fiscal é reduzida e as estratégias para atrair investimento privado com critérios de sustentabilidade ainda são incipientes. Isso impacta diretamente a atuação dos atores não estatais, mas também a capacidade do Estado de manter programas de médio e longo prazo. Nesse contexto, os avanços em inovação financeira — como fundos temáticos ou títulos sustentáveis — representam uma oportunidade ainda a ser consolidada.

As capacidades técnicas concentradas em instituições como o PIOJ, o STATIN e as universidades nacionais permitem gerar indicadores desagregados, modelos de planejamento e estratégias de formação. No entanto, essas capacidades não são plenamente transferidas aos governos locais, o que dificulta a territorialização dos ODS. Essa lacuna afeta não apenas a implementação, mas também a possibilidade de construir uma política baseada em evidências a partir do nível local, reforçando as assimetrias no desenho das soluções. Por fim, a ciência e a tecnologia desempenham um papel relevante na elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação, mas é necessário ampliar seu alcance para soluções tecnológicas acessíveis, que fortaleçam a resiliência territorial e facilitem a apropriação comunitária do desenvolvimento sustentável. Sem essa ponte, o conhecimento acumulado dificilmente se converterá em transformação concreta.

Aproveitar o potencial da Jamaica implica, portanto, construir um modelo de governança que integre de forma efetiva os níveis nacional e subnacional, institucionalize a participação como cogestão, garanta recursos adequados para todos os atores, territorialize as capacidades técnicas e converta a inovação científica em uma ferramenta cotidiana do desenvolvimento. Somente assim as alavancas — referidas no Marco Transformador do Global Sustainable Development Report 2023 — para a aceleração dos ODS, que hoje operam de forma parcial e fragmentada, poderão ser acionadas de maneira sinérgica e gerar um impacto sustentável em todo o território. Dada a sólida cultura de planejamento do país, sua sociedade civil comprometida e sua reconhecida liderança na região, a Jamaica está bem posicionada para transformar esses desafios em oportunidades e tornar-se um modelo de aceleração dos ODS baseado na equidade, na resiliência e na apropriação coletiva.

4.4 MAPA DE PLATAFORMAS E ORGANIZAÇÕES-CHAVE DA JAMAICA



Na Jamaica, estão em curso esforços para garantir a participação das mulheres em processos-chave, como a preparação das Revisões Nacionais Voluntárias de 2022 e 2026.

Embora não tenha sido identificada nenhuma plataforma multissetorial ou organização guarda-chuva que reúna diversas organizações que representam grupos de mulheres, as contribuições de organizações como GROOTS, Woman Inc e Sister Theatre Collective são reconhecidas.

*O Comitê Nacional de Monitoramento da Agenda 2030 (NOC) é uma plataforma fundamental para a participação inclusiva na implementação dos ODS na Jamaica. Ele reúne governo, sociedade civil, academia e outras partes interessadas para orientar os esforços nacionais, promover a transparência e garantir ampla participação na tomada de decisões. Por meio de seus subcomitês, o NOC fortalece o engajamento público, apoia a formulação de políticas bem fundamentadas e ajuda a conectar a ação nacional com os objetivos globais.

LEGENDA



MECANISMO OFICIAL



ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO MULTISSETORIAL "ENFOQUE DE TODA A SOCIEDADE"



ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL "ENFOQUE DE TODO O GOVERNO"



GOVERNO



GOVERNO SUBNACIONAL



PLATAFORMA



SETORES E GRUPO

VÍNCULOS ESTREITOS

VÍNCULOS FRÁGEIS OU INFORMAIS

TENSÃO NO VÍNCULO

MECANISMO COORDENADOR

Mandato para coordenar, articular e acompanhar a implementação nacional da Agenda 2030 | Mecanismo permanente.

ATORES CHAVE

A participação é indispensável para impulsionar ações | Alta influência (recursos, alcance territorial, capacidade operacional e de mobilização) | Interesse no tema | Interações e reconhecimento por outros atores | Membro, colaborador ou participante em espaços do mecanismo oficial de coordenação.

ATORES PRIMÁRIOS

A participação pode ser temporária/ad hoc | Influência média (tomada de decisão limitada) | Interesse no tema | Reconhecidos pelo seu setor e/ou por atores-chave do ecossistema como um aliado estratégico.

ATORES SECUNDÁRIOS

A participação pode ser temporária/ad hoc | Interesse no tema | Pode ter pouca influência a nível nacional.

Peru



O Peru avança com determinação na implementação da Agenda 2030, impulsionado pelo compromisso, pela resiliência, pela coordenação intersetorial e pelo alinhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com instrumentos de política pública de longo prazo.



5.1 GOVERNANÇA PARA A SUSTENTABILIDADE E A AÇÃO CLIMÁTICA EM UM AMBIENTE POLÍTICO EM TRANSFORMAÇÃO

O caso peruano reflete uma adesão estratégica — ainda que não isenta de tensões — à arquitetura global de sustentabilidade. Em vez de adotar um modelo institucional centralizado, o país conta com um arranjo de planejamento que articula a Agenda 2030 com visões nacionais de longo prazo e compromissos multilaterais. Na ausência de um órgão específico de governança com mandato legal sobre os ODS, o protagonismo técnico recai sobre o Centro Nacional de Planejamento Estratégico (CEPLAN), que, na prática, atua como ponto focal nacional. O CEPLAN articula-se com o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) na produção de dados oficiais e, com diversos setores, na promoção de um planejamento integrado. Esse exercício funcional é complementado por espaços como o Acordo Nacional, fórum de concertação entre Estado e sociedade que reconheceu

os ODS como política de Estado. No entanto, a ausência de um marco institucional dotado de autoridade política e capacidade de coordenação intersetorial continua gerando lacunas que enfraquecem a governança integral da Agenda.

A Visão do Peru para 2050 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional refletem uma vontade de superar o curto-prazismo, e sua formulação participativa envolveu os três poderes do Estado e diversos atores sociais. No entanto, essa abertura ainda não se traduziu em uma governança estável ou estruturada. Além disso, a ausência de um espaço deliberativo com poder de coordenação e de acompanhamento dos ODS dilui responsabilidades e enfraquece os protagonismos dentro do arranjo institucional.





Em paralelo, a territorialização dos ODS avança com sinais mistos. Embora várias regiões tenham alinhado seus planos de desenvolvimento à Agenda 2030, o esforço continua sendo voluntarista, dependente do compromisso político local e de apoios pontuais da cooperação internacional. Essa desigualdade territorial revela as limitações estruturais de um Estado que permanece centralizado e com reduzida capacidade para garantir coerência e continuidade nos níveis subnacionais.

Percebe-se uma aposta política clara na articulação com as agendas climática e de biodiversidade. O Peru assumiu um papel ativo no âmbito do Acordo de Paris e da Convenção sobre Diversidade Biológica, institucionalizando sua ação ambiental por meio de normativas robustas, estratégias nacionais e espaços de governança multissetorial, como a Comissão de Alto Nível de Mudança Climática (CANCC), a Comissão Nacional de Mudança Climática (CNCC) e a Comissão Nacional de Diversidade Biológica (CONADIB). A participação de povos indígenas e de governos subnacionais nessas plataformas introduz elementos de democratização na tomada de decisões ambientais, embora seu alcance continue condicionado pela fragmentação institucional e pela fragilidade dos mecanismos de articulação intergovernamental.

Em síntese, o compromisso político do Peru com a sustentabilidade manifesta-se mais como uma convergência de agendas do que como um pacto institucional consolidado. Há visão, há marcos normativos, espaços multissetoriais e iniciativas subnacionais relevantes, mas falta um ancoramento político e institucional que unifique esses esforços e os projete para além da lógica setorial ou do calendário eleitoral.



5.2 DO COMPROMISSO À CORRESPONSABILIDADE: ATORES NÃO ESTATAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

A experiência peruana revela que, na ausência de uma governança estatal plenamente articulada para a Agenda 2030, foram os atores não estatais que sustentaram e dinamizaram parte do processo. Longe de ocupar um papel meramente consultivo, esses setores construíram suas próprias agendas, elaboraram marcos autônomos de monitoramento, mobilizaram recursos e pressionaram pela criação de espaços de deliberação efetiva. A corresponsabilidade não foi concedida pelo Estado: foi conquistada.

No caso da sociedade civil, sua participação transcendeu a dimensão meramente testemunhal. Plataformas como o *Grupo Agenda 2030*, o *Observatório da Sociedade Civil* e a *Mesa de Concertação para a Luta contra a Pobreza* (MCLCP) consolidaram-se como espaços permanentes de produção de conhecimento, avaliação crítica e formulação política. A elaboração dos “relatórios luz” em 2022 e 2024 — concebidos como exercícios paralelos aos Relatórios Nacionais Voluntários — evidencia uma vocação de vigilância democrática que busca equilibrar a narrativa oficial com diagnósticos alternativos, baseados em dados e em vozes oriundas dos territórios. Esses informes não apenas questionam: também formulam propostas e exigem articulação efetiva com o aparato estatal.

Por sua vez, o setor privado passou de uma adesão simbólica para uma participação cada vez mais estratégica. Iniciativas como *Perú Sostenible* (antes *Perú 2021*) e o *SDG Corporate Tracker* posicionaram a sustentabilidade como eixo de competitividade, integrando os ODS em modelos de negócio, critérios de investimento e estratégias de impacto. Por meio de espaços como as Mesas de Ação, o empresariado começou a dialogar com o Estado e com a sociedade civil em uma lógica de cocriação de soluções. No entanto, o alcance real dessas iniciativas ainda

se concentra em determinados nichos corporativos, o que coloca o desafio de ampliar essa corresponsabilidade ao conjunto mais amplo do setor empresarial, incluindo pequenas e médias empresas, que possuem elevado potencial de atuação territorial.

A academia, reunida em redes como o Consórcio de Pesquisa Econômica e Social (CIES), contribui com pesquisa aplicada, metodologias de planejamento e formação técnica para os governos subnacionais. No entanto, sua inserção nos espaços de decisão estratégica ainda é parcial. O potencial da academia como ponte entre a evidência científica e a política pública permanece subaproveitado, especialmente no âmbito regional.

Por fim, a cooperação internacional desempenha um papel crucial como aliada estratégica, não apenas em termos de financiamento, mas também no fortalecimento institucional, na produção de conhecimento e na facilitação de diálogos multissetoriais. O Marco de Cooperação do Sistema das Nações Unidas (2022–2026) e as intervenções do PNUD, ONU-Habitat e outras agências têm permitido que tanto os Relatórios Nacionais quanto os Relatórios Locais Voluntários sejam processos participativos e com ancoragem territorial. No entanto, a programação da cooperação ainda apresenta assimetrias, e sua capacidade de alinhar-se plenamente às prioridades locais ainda está em fase de consolidação.

Assim, o compromisso dos atores não estatais no Peru não pode ser reduzido à noção de “apoio”. Trata-se de uma forma de corresponsabilidade que buscou incidir, institucionalizar e ampliar os limites democráticos da governança para a sustentabilidade. O desafio agora é que essa energia social encontre um canal mais estruturado e vinculante dentro do marco institucional do Estado.



5.3 TENDÊNCIAS, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

O Peru expressou de forma clara seu compromisso político com a Agenda 2030, integrando os ODS em sua visão de desenvolvimento nacional e em seus principais instrumentos de planejamento estratégico. No entanto, esse impulso transformador convive com limitações institucionais que dificultam sua tradução em ações coordenadas e sustentadas. A ausência de um órgão com mandato legal específico para liderar a governança dos ODS, a dispersão de funções entre entidades e as lacunas na articulação multinível revelam uma arquitetura estatal ainda incompleta para sustentar o enfoque integral exigido pela Agenda. Nesse contexto, as tendências observadas em governança, participação e capacidades mostram avanços significativos, mas também obstáculos estruturais que precisam ser enfrentados para alcançar uma implementação efetiva e equitativa.

No plano da governança, o Peru desenvolveu uma arquitetura normativa e estratégica que formaliza a incorporação dos ODS em seus instrumentos de

planejamento nacional. O CEPLAN, em seu papel de órgão diretivo do Sistema Nacional de Planejamento Estratégico (SINAPLAN), tem promovido essa integração com liderança técnica. No entanto, a ausência de um órgão nacional com mandato legal específico para a governança da Agenda 2030 — capaz de articular ministérios, governos subnacionais e atores sociais — continua sendo uma lacuna estrutural. A dispersão de funções entre instituições e a superposição com outras plataformas setoriais (como as comissões climáticas) fragmentam a condução do processo, enfraquecem a prestação de contas e diluem o enfoque integrado dos ODS. A recomendação é clara: institucionalizar um órgão de governança multisetorial com atribuições vinculantes, que supere a dependência do voluntarismo técnico e garanta sustentabilidade política.

No que diz respeito à ação individual e coletiva, o Peru conta com um ecossistema social diverso e mobilizado em torno da sustentabilidade. A sociedade civil, o





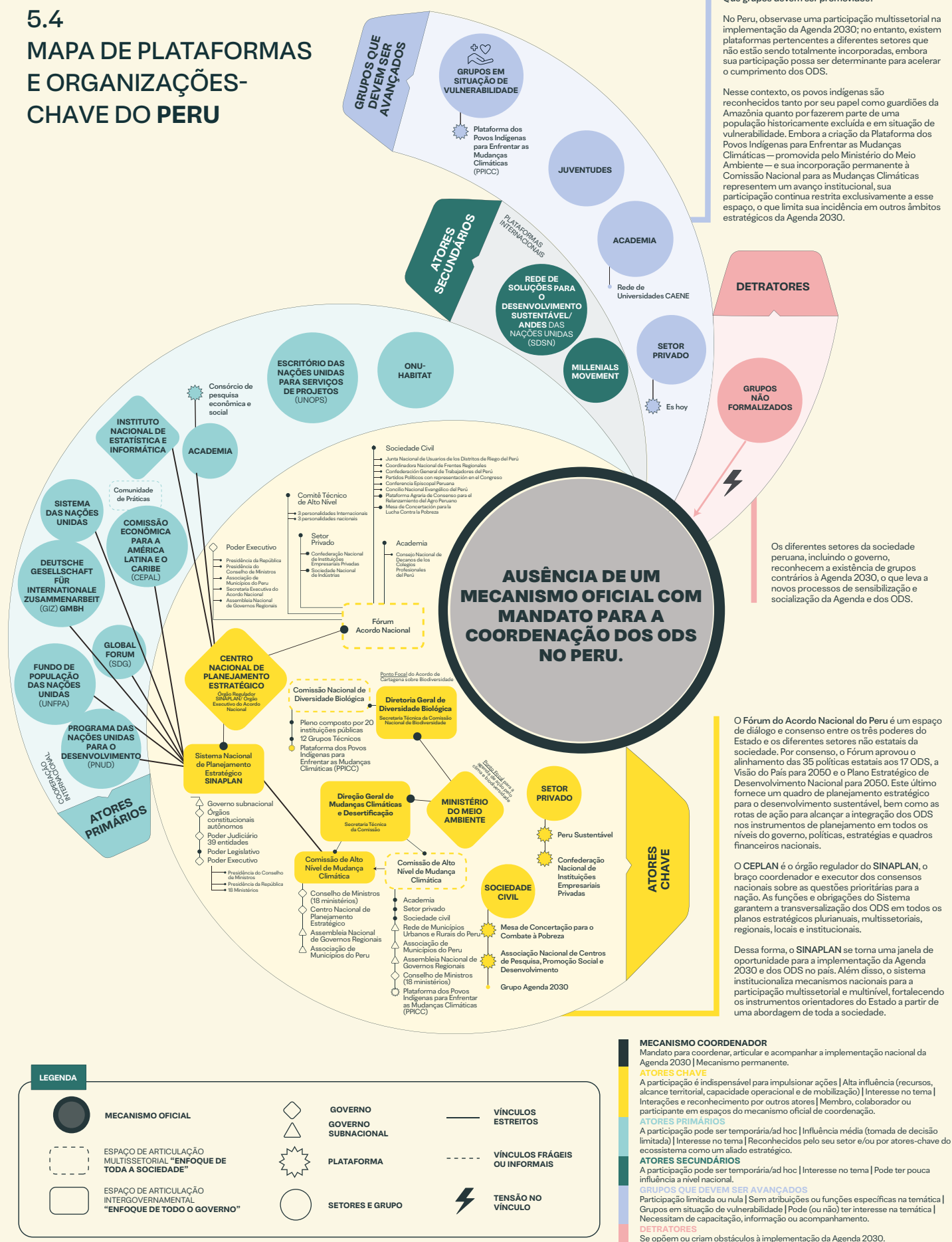
setor privado e a cooperação internacional construíram plataformas com capacidade de incidência e de produção autônoma de conhecimento. No entanto, o vínculo entre esses atores e as decisões estratégicas do Estado permanece limitado, desigual e, em muitos casos, simbólico. As populações historicamente excluídas — jovens, mulheres, povos indígenas, coletivos rurais — continuam tendo uma participação marginal nos espaços onde se define o rumo do desenvolvimento. O país precisa migrar de uma lógica de consulta pontual para uma corresponsabilidade estrutural, que institucionalize o diálogo multissetorial, reconheça a diversidade territorial e garanta representação efetiva na formulação de políticas e na alocação de recursos.

Em matéria de capacidades, a lacuna mais significativa continua localizada nos territórios. Embora os sistemas de monitoramento estatístico tenham sido fortalecidos e plataformas como o SDG Corporate Tracker tenham sido desenvolvidas, a realidade subnacional é marcada pela fragilidade institucional, pela escassez de pessoal capacitado e pela falta de informação desagregada. Essa assimetria reproduz um ciclo de dependência técnica e dificulta a construção de políticas públicas baseadas em evidências. As capacidades instaladas no nível nacional não se transferem automaticamente para os governos regionais e locais. Por isso, torna-se urgente uma estratégia de fortalecimento com enfoque territorial, que promova núcleos de aprendizagem, a formação de pontos focais para os ODS e a articulação com universidades e plataformas comunitárias.

Em conjunto, essas tendências refletem que o Peru não carece de visão, nem de atores comprometidos, nem de marcos normativos adequados. O desafio é político e institucional: dotar essa arquitetura de coerência, continuidade e mecanismos vinculantes que permitam que a sustentabilidade deixe de ser uma promessa fragmentada e se torne uma política de Estado enraizada no território.

5.4

MAPA DE PLATAFORMAS E ORGANIZAÇÕES-CHAVE DO PERU





Reflexões sobre desafios e recomendações na região

Na região, observa-se o uso das alavancas e aceleradores definidos no Marco Transformador do Global Sustainable Development Report. Todos os países alinharam suas prioridades nacionais aos ODS, institucionalizando estratégias, estabelecendo mecanismos de coordenação e criando marcos normativos orientados ao desenvolvimento sustentável. No entanto, esse compromisso não se traduz automaticamente em capacidade operacional nos territórios, nem em esquemas sustentáveis de corresponsabilidade entre os diversos atores.



SOBRE A GOVERNANÇA

Uma das tendências comuns na região é a consolidação de marcos de planejamento em nível nacional e subnacional que integram os ODS. No entanto, persiste uma brecha significativa entre o planejamento central e sua expressão efetiva nos territórios. Experiências relevantes — como os Relatórios Locais Voluntários, as redes municipais e a incorporação dos ODS em planos de desenvolvimento territorial — evidenciam avanços, mas ainda são iniciativas pontuais, condicionadas por recursos externos, ciclos políticos ou vontade política. Os marcos habilitadores existem, mas não são suficientes, por si sós, para garantir acesso a capacidades, financiamento e articulação interinstitucional efetiva entre os diferentes níveis de governo.

Recomendação

Avançar para esquemas de governança que institucionalizem a participação de atores locais, fortalecendo a corresponsabilidade. Isso pode ser alcançado por meio do fortalecimento de mecanismos existentes e da criação de mesas temáticas multissetoriais que operem com autonomia relativa e enfoques interseccionais. A inclusão do poder legislativo como ator ativo — por meio de comissões ou subcomitês especializados — pode contribuir para garantir continuidade além dos ciclos políticos e reforçar a coerência normativa. Experiências como a Comissão de Alto Nível e a Plataforma Multissetorial da Colômbia, a Comissão Nacional para os ODS no Brasil — reinstalada em 2023 com paridade entre governo e sociedade civil — e a Secretaria da Visão 2030 Jamaica, em conjunto com a Secretaria dos ODS no país, demonstram o potencial dessas instâncias para articular a ação conjunta quando contam com compromisso político, respaldo institucional e estabilidade operacional.



SOBRE A AÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

Todos os países estabelecem espaços formais com o mandato de articular a colaboração multissetorial. Em nível nacional, essas instâncias tendem a estar mais consolidadas e permitem uma interlocução relevante entre Estado, sociedade civil, setor privado, academia e cooperação internacional. No entanto, no âmbito subnacional, a participação permanece desigual, fragmentada e, em muitos casos, limitada pela reduzida capacidade técnica e institucional. A inclusão de grupos historicamente marginalizados — como povos indígenas, juventudes, comunidades afrodescendentes, mulheres e pessoas com deficiência — ainda é incipiente e requer esforços específicos em termos de marcos normativos, alocação orçamentária e desenho institucional com enfoque de direitos.

Recomendação

Para ampliar a ação coletiva, é necessário diversificar e vincular estruturalmente os atores sociais e econômicos aos processos de planejamento, monitoramento e acompanhamento da Agenda. Isso implica não apenas facilitar o acesso a informações estratégicas, mas também fomentar a criação de alianças autônomas entre atores diversos, especialmente em territórios historicamente relegados. No Brasil, por exemplo, plataformas guarda-chuva como o GT Agenda 2030 e a Estratégia ODS têm sustentado o trabalho técnico e de monitoramento na ausência de respaldo governamental, criando redes de incidência em todo o país. Na Costa Rica, a Rede de Cantões pelos ODS desenvolve uma experiência com bons resultados no processo de territorialização dos ODS, evidenciada também pela apresentação de seis Relatórios Locais Voluntários. De igual modo, com o apoio da cooperação internacional, o Peru contribui com aprendizados relevantes: em nível subnacional, municipalidades como as de Nuevo Chimbote, Chimbote e Lima incorporaram explicitamente os ODS em seus planos estratégicos territoriais, alinhando-os à Agenda 2030 e demonstrando um compromisso institucional com a sustentabilidade urbana.



SOBRE AS CAPACIDADES

As lacunas de capacidades constituem um desafio transversal em todos os países. Embora existam instituições técnicas e experiências acumuladas em alguns níveis, as desigualdades entre setores, regiões e escalas de governo continuam limitando a efetividade da implementação. A sustentabilidade do processo depende da capacidade de reduzir essas lacunas por meio de formação contínua, assistência técnica e mecanismos de transferência de conhecimento. Sem capacidades instaladas no território, a Agenda 2030 corre o risco de permanecer no plano declarativo.

Recomendação

É necessário implementar programas regionais e nacionais de fortalecimento institucional, com enfoque territorial e diferencial. A consolidação de ecossistemas de dados acessíveis, o desenvolvimento de metodologias participativas e a institucionalização de processos formativos intersetoriais devem ser concebidos como condições indispensáveis para garantir transformações reais e sustentáveis. Países como a Jamaica têm avançado com programas de fortalecimento voltados a governos locais, como o projeto “Fortalecimento do papel do governo local como parceiro no desenvolvimento”, em colaboração com a Comissão Europeia, que oferece exemplos relevantes de cooperação técnica, capacitação e alinhamento institucional para apoiar a implementação territorial dos ODS.

RECURSOS ALINHADOS AOS ODS

A região demonstra um compromisso progressivo com a integração do financiamento sustentável nas estratégias nacionais vinculadas aos ODS, ainda que com níveis distintos de avanço e sistematicidade. Um exemplo na Colômbia foi o desenvolvimento de um Marco Nacional Integrado de Financiamento (INFF), que articula metas fiscais, orçamentárias e de cooperação internacional com a implementação dos ODS, contando com o apoio do Fundo Conjunto para os ODS criado em 2019 pelas Nações Unidas para catalisar transformações estruturais por meio de alianças e financiamento estratégico.

A Colômbia foi um dos primeiros países a desenvolver seu INFF com apoio técnico e financeiro do PNUD, ONU Mulheres e UNICEF, em um programa conjunto vigente entre 2020 e 2022. A partir de agosto de 2024, deu-se continuidade a essa iniciativa com uma segunda fase financiada novamente pelo Fundo Conjunto para os ODS, com ênfase na operacionalização do INFF e no fortalecimento do ambiente favorável ao financiamento sustentável. Essa experiência evidencia a importância de manter ativos mecanismos de financiamento para o desenvolvimento, a partir da cooperação interinstitucional e de fundos específicos que permitam alinhar o orçamento público e outros fluxos financeiros às metas de desenvolvimento sustentável.

Recomendação

Institucionalizar marcos de financiamento para o desenvolvimento sustentável que integrem a Agenda 2030 ao ciclo orçamentário, aos sistemas fiscais e à arquitetura de cooperação internacional. Isso implica não apenas identificar parcelas do orçamento com metas ODS, mas também desenhar fundos específicos e mecanismos híbridos (público-privados) que canalizem recursos para iniciativas estratégicas. O exemplo do Marco Nacional Integrado de Financiamento (INFF) colombiano demonstra que é possível construir estratégias financeiras integradas e participativas. Além disso, recomenda-se promover instrumentos financeiros inovadores, como títulos verdes, fundos de impacto e linhas de crédito alinhadas aos ODS. No caso peruano, experiências como o SDG Corporate Tracker e a Lei de Sociedades BIC (Benefício e Interesse Coletivo) podem ser ampliadas como modelos de engajamento do setor privado no financiamento do desenvolvimento.

Essas experiências demonstram que existem condições e capacidades para avançar rumo a uma implementação mais eficaz e equitativa da Agenda 2030. A articulação das alavancas mencionadas no Marco Transformador do *Global Sustainable Development Report (2023)* pode catalisar mudanças estruturais, desde que acompanhada de vontade política contínua; investimento público alinhado aos ODS; marcos institucionais que assegurem a continuidade dos processos além dos ciclos políticos; e mecanismos de coordenação que reconheçam a diversidade territorial como ponto de partida para a construção de soluções compartilhadas.

